

Comunicação Direta



JORNAL OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SUZANO
SEDE PRÓPRIA: Av. Armando de Salles Oliveira, 575 - Pq. Suzano - Suzano (SP)
TELEFONES: 4746-2155 / 4742-1322 • **E-MAIL:** metalsuz@terra.com.br



RESPONSÁVEL: A DIRETORIA **ANO XVII** **NÚMERO 202** **JUNHO / JULHO DE 2009**

PRESIDENTE PEDRO BENITES VAI AO MÉXICO EM MISSÃO DE SOLIDARIEDADE

BENITES REPRESENTOU A CNTM NO MÉXICO, TEVE TODAS AS DESPESAS PAGAS PELA PRÓPRIA CNTM E FOI O ÚNICO BRASILEIRO NA MISSÃO



No início deste mês, o companheiro Pedro Benites, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Suzano e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), foi ao México levar o apoio e a solidariedade dos metalúrgicos brasileiros aos diretores e trabalhadores mineiros do México. Confira a seguir a opinião de Benites sobre os recentes fatos ocorridos na região, a partir dos dados fornecidos pelos advogados que estão defendendo o Sindicato e seus diretores.

O que está acontecendo com o Sindicato Nacional dos Mineiros, Metalúrgicos, Siderúrgicos e Similares do México?

Pedro Benites: Em 2001, assumiu o comando do Sindicato, pela decisão livre, democrática e unânime dos trabalhadores o companheiro Napoleón Gómez Urritia. Em 2006, o governo do então presidente Vicente Fox Quesada (2000-2006) tentou destruir o Sindicato a pedido do empresário Germán Feliciano Larrea Mota Velasco, dono do Grupo México, que ajudou Fox a se eleger com grande participação econômica em sua campanha. Em 17 de fevereiro de 2006, com a ajuda da Secretaria do Trabalho Mexicano e utilizando-se de falsas assinaturas, foi reconhecido Elias Morales como novo líder do Sindicato, destruindo Napoleón. No mesmo dia, assaltaram os escritórios do Sindicato, roubando documentos e bens pessoais dos dirigentes.

Ocorreu também uma explosão de uma mina. Qual foi a repercussão disso?

Benites: No dia 19 de fevereiro de 2006, explodiu a mina de carbono de Pasta de Con-



NO MÉXICO: Benites, ao lado do embaixador Sérgio Florêncio e do líder sindical mexicano Everardo Fimbres (à esquerda), e em plenária com representantes de vários países (à direita)



Delegação internacional dá apoio a Sindicato

Benites também levou o apoio dos metalúrgicos brasileiros aos diretores e trabalhadores do México. No dia 9 de julho, ele reuniu-se com os dirigentes sindicais mexicanos e seus advogados, que relataram a história de luta da categoria. Depois, todos os representantes dos países presentes (Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Alemanha, Itália, Noruega, Peru, Polônia, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça e Estados Unidos) foram até suas embaixadas. Na em-

baixada brasileira, Benites retransmitiu os relatos ao embaixador Sérgio Florêncio e pediu ajuda para informar ao governo brasileiro o que estava ocorrendo. No dia 10 de julho, Benites e os membros da delegação se reuniram com um dirigente sindical do Canadá e com o parlamentar canadense Jack Laytor, que farão o possível para que Napoleón Urritia não seja extraditado para o México enquanto não houver garantias contra prisões e perseguições.

E a perseguição continuou.

Benites: Exatamente! Tentaram sequestrar e exercer violência contra Napoleón e sua família, obrigando o companheiro a se exi-

lar no Canadá, onde permanece até hoje dirigindo o Sindicato à distância. A partir de abril de 2006, começaram as greves de 48 horas em defesa da autonomia sindical. No dia 20 de abril do mesmo ano, as Forças Armadas federais e locais reprimiram os grevistas com uma enorme força, com a morte de trabalhadores por armas de fogo, com mais de 150 feridos e dezenas de detidos. Mesmo assim, os valentes trabalhadores continuaram sua luta e as Forças Armadas acabaram se retirando. O movimento grevista continuou durante 5 meses, sendo resolvida a questão por via conciliatória.

Ocorreram, inclusive, falsas acusações.

Benites: A acusação de suposto desvio de fundos do Sindicato seguiu pela emissão de 3 ordens ilegais de apreensão contra Napoleón e outros 3 membros da diretoria. Desde 2006, planejam o encerramento do Sindicato e a derrubada de seu líder, com acusações falsas e várias ações na Justiça. Vale destacar que Elias Morales, que foi reconhecido pela Secretaria do Trabalho como novo líder, foi expulso do Sindicato em maio de 2000 por processos comprovados de corrupção, traição e espionagem em favor das empresas. Já em 2009, a Procuradoria da Justiça do Distrito Federal determinou que não existe delito nos fundos do Sindicato, e que as ordens de apreensão contra Napoleón e outros dirigentes foram canceladas, sendo que estas decisões judiciais foram ignoradas pelo governo e pelo Grupo México. Em novembro de 2008, por exemplo, o governo confiscou ilegalmente todo o dinheiro das contas do Sindicato, com o objetivo de asfixiar economicamente a luta e impedir o auxílio aos trabalhadores em greve há 2 anos nas cidades de Cananea, Sombrerete e Taxco. Depois de confiscado este dinheiro, a FITIM passou a ajudar o Sindicato e os trabalhadores em greve.

(Entrevista concedida a Val Gomes - CNTM)

APOSENTADOS DE 92 A 96 CONSEGUEM AUMENTO DOS BENEFÍCIOS NA JUSTIÇA

» Previdência deixou de repassar contribuição descontada de 5 milhões de trabalhadores. Justiça concede reajuste de até 7%

Os trabalhadores que se aposentaram pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) entre janeiro de 1992 e dezembro de 1996 podem conseguir um reajuste de até 7,14% no valor do benefício. A revisão é dada pela Justiça. Nessa época, por volta de 5 milhões de aposentados tiveram a aposentadoria concedida pela Previdência Social.

O órgão errou a conta de quem estava trabalhando nos anos de 1991 a 1993, reduzindo o valor da aposentadoria do segurado. É possível pedir um novo benefício na Justiça e receber os valores que não foram pagos pelo INSS nos últimos cinco anos.

O maior reajuste é devido aos segurados que se aposentaram em janeiro de 1994. Se esse aposentado recebe hoje R\$ 2,9 mil (o valor máximo que quem tem direito à revisão deve receber), poderá passar a ganhar R\$ 3.107 de benefício e ainda receber R\$ 13.460 em valores atrasados.



INSS fez desconto, mas não repassou os valores

Entre os anos de 1991 e 1993, o INSS descontou a contribuição previdenciária (que varia de 7,65% a 11% do salário do trabalhador) do 13º salário dos segurados, mas o dinheiro não entrou na conta das aposenta-

dorias concedidas de 1992 a 1996. O reajuste dado pela Justiça varia de 2,05% a 7,14%, de acordo com o período em que o benefício foi concedido. A revisão é válida para todas as aposentadorias: por idade, tempo de

contribuição, invalidez e até mesmo especial, concedida a quem trabalhou em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. O importante é ter consciência da situação e recorrer à Justiça em busca do direito.

Prazo para receber Imposto de Renda vendido durante as férias é de 10 anos

Os contribuintes que venderam dez dias de férias nos últimos dez anos e tiveram desconto de Imposto de Renda podem conseguir de volta esses valores pagos à Receita Federal, segundo decisões recentes do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Mas é preciso entrar na Justiça, como o **Comunicação Direta** já vem orientando os trabalhadores em suas edições. Quem recebia salário na faixa de R\$ 2 mil, por exemplo, e vendeu parte do abono durante os últimos dez anos poderá ter de volta até R\$ 3,9 mil. Já quem tinha renda de R\$ 5 mil poderá receber R\$ 12,3 mil. Os valores são corrigidos até 30 de maio deste ano, com base na Selic (taxa básica de juros).



DIREITOS: Trabalhador deve ficar atento e recorrer à Justiça para recuperar o IR vendido durante as férias

NOTAS RÁPIDAS

Proposta aumenta estabilidade para as trabalhadoras gestantes

Segundo a proposta, que tramita no Congresso, a demissão das grávidas por justa causa só será possível após a apuração de falta grave por inquérito judicial. Durante o inquérito, a funcionária continuará a ser remunerada. O projeto segue para o Senado. Se aprovada, a proposta irá à sanção do presidente Lula, para só então entrar em vigor. Atualmente, as gestantes só podem ser demitidas por justa causa, mas não têm garantias de estabilidade e precisam recorrer à Justiça caso sejam prejudicadas, ficando sem receber durante o período.



Ministério estuda implantação do seguro-desemprego pela internet

O Ministério do Trabalho vem estudando um sistema para os empregadores pedirem o seguro-desemprego pela internet. A medida reduzirá o tempo de concessão. A ideia é que o empregador coloque todas as informações do trabalhador demitido sem justa causa em uma página do site do Ministério. Hoje, o empregador preenche um requerimento, chamado de Requerimento de Seguro Desemprego, em papel, e leva entre 30 e 40 dias para receber o seguro-desemprego. Com o novo sistema, o tempo de espera cairá para até 15 dias.

REDUÇÃO DA JORNADA AVANÇA E DEVE SER VOTADA NESTE ANO

» Projeto que reduz jornada para 40 horas semanais está no Congresso há 14 anos e teve parecer favorável no dia 30 de junho. É mais um passo para a aprovação final da proposta



A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a redução da jornada de trabalho, de 44 para 40 horas semanais, sem redução dos salários, aprovou por unanimidade no dia 30 de junho o relatório favorável à proposta. Em tramitação há 14 anos no Congresso Nacional, a proposta também aumenta o valor da hora extra de 50% do valor normal para 75%. Para entrar em vigor, porém, o projeto ainda precisa ser votado no plenário, o que deve acontecer este ano. Mesmo assim, esta é uma ótima notícia para os trabalhadores.

FATOR PREVIDENCIÁRIO

Modificações vêm sendo negociadas

As mudanças no fator previdenciário, que facilitariam a antecipação da aposentadoria integral, estão sendo negociadas entre o Congresso e o Governo, com boas perspectivas para os trabalhadores. O projeto original, aprovado no Senado, acaba com o fator previdenciário, o que não é aceito pelo governo. Essa proposta determina que o benefício seja calculado pelas 36 últimas contribuições do segurado. Porém, o Governo já sinaliza que deve aliviar o atual modelo do fator previdenciário, que impõe idade mínima de 65 anos (homens) e 55 anos (mulheres) para a aposentadoria, mesmo com o tempo de serviço cumprido. Na prática, o "pedágio" imposto pelo atual modelo do fator previdenciário deve ser reduzido, com números que ainda serão definidos. A votação da matéria deve ocorrer este ano.

» SAIBA MAIS

DEBATE MUNDIAL

A discussão no Congresso Nacional sobre os direitos trabalhistas e a redução da jornada acontece ao mesmo tempo em que entidades sindicais de todo o mundo se reúnem em Genebra, na 98ª Conferência Internacional do Trabalho, para debater o aumento do desemprego com a crise econômica mundial.

CRISE ECONÔMICA

A crise econômica mundial, que já foi responsável por cerca de 50 milhões de demissões em diversos países, tem estimulado a discussão sobre a redução da jornada de trabalho, sem diminuição dos salários. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), reduzir a jornada é a principal alternativa para que se criem novos empregos, permitindo que os demitidos voltem a trabalhar.

50 milhões

DEMITIDOS EM TODO O MUNDO PELA CRISE ECONÔMICA

1,5 milhão

DE ASSINATURAS TEM O ABAIXO-ASSINADO ENTREGUE PELAS CENTRAIS SINDICAIS À CÂMARA DOS DEPUTADOS DEFENDENDO A APROVAÇÃO IMEDIATA DA PROPOSTA

2.200.000

NOVOS EMPREGOS SERIAM CRIADOS NO BRASIL CASO A JORNADA DE TRABALHO FOSSE REDUZIDA DE 44h PARA 40h SEMANAIS, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS, SEGUNDO O DIEESE

Benefício por invalidez precisa ser contado desde a saída do trabalho



O segurado que pedir na Justiça a aposentadoria por invalidez e comprovar que a doença que originou o benefício começou antes do fim do vínculo empregatício poderá receber o pagamento desde a data do afastamento do emprego. A decisão é do TRF 3 (Tribunal Regional Federal), que engloba São Paulo e Mato Grosso do Sul, e foi publicada no dia 10 de junho deste ano no "Diário Oficial" da Justiça. Normalmente, o INSS paga o benefício desde a data em que o pedido administrativo foi feito. Porém, decisões judiciais como a tomada pelo TRF 3 garantem o direito a receber o benefício de forma retroativa, ou seja, desde quando o problema de saúde obrigou o trabalhador a se afastar do emprego.



Coluna do
XERETA

PROPOSTA AUMENTA FORÇA JUDICIAL DOS SINDICATOS

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou o direito das entidades sindicais utilizarem a ação civil pública para reparar danos e prejuízos ocorridos nas relações de trabalho. Como a Justiça do Trabalho está sobrecarregada de ações individuais idênticas, a medida estimula as chamadas ações coletivas e lhes garante efetividade, dando mais força aos sindicatos como entidades defensoras dos trabalhadores, nas diversas categorias.

JUIZES SÃO CONTRÁRIOS ÀS DEMISSÕES IMOTIVADAS

Uma pesquisa de opinião realizada entre juizes trabalhistas brasileiros revela que as empresas que demitirem sem prestar contas à Justiça deverão enfrentar problemas. Segundo dados levantados pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), nada menos do que 78% dos juizes trabalhistas são contra a possibilidade de demissão imotivada. Vale lembrar que os cortes sem motivo podem dar origem a ações judiciais, que por sua vez são analisadas pelos juizes.

MAGISTRADOS DEFENDEM FORTALECIMENTO SINDICAL

A pesquisa mostra ainda que a maior parte dos juizes é favorável ao fortalecimento dos sindicatos e rechaça o livre funcionamento do mercado de trabalho, além de ser contra as restrições criadas pela nova lei de falências à sucessão do passivo trabalhista (medida que dificulta o recebimento de direitos pelos trabalhadores). Recentemente, grandes empresas que promoveram cortes devido a complicações financeiras viram as demissões suspensas na Justiça do Trabalho sob a alegação de que antes é necessária a justificação dos motivos e negociação prévia com o sindicato.

CAMPANHA SALARIAL 2009

METALÚRGICOS IRÃO BUSCAR SUA PARTE: CRISE NÃO SERÁ DESCULPA

» Foi dada a largada para a Campanha deste ano. É a hora de mostrar união contra a crise e em defesa de nossos direitos



A reunião realizada no Sítio, no dia 28 de junho, marcou a largada da Campanha Salarial 2009 e demonstrou a união que existe entre os metalúrgicos. O presidente Pedro Benites foi claro em sua mensagem: “Temos história, conhecemos nossos direitos e não queremos nada que é dos patrões. Mas não abriremos mão da nossa parte”, disse. Segundo ele, a Campanha Salarial deste ano não abrirá mão de direitos já consagrados e ainda buscará novas conquistas. Para isso, novas assembleias serão convocadas e a participação dos trabalhadores será fundamental: “Tivemos um bom comparcimento hoje, mas queremos ampliar cada vez mais o número de metalúrgicos participantes nas próximas reuniões”, completou Benites.

ADVOGADOS EXPLICAM IMPORTÂNCIA DO ACORDO COLETIVO



APOIO JURÍDICO: Luiz Henrique e Rosana comentaram a importância do Acordo Coletivo aos trabalhadores

Os dois advogados do Sindicato, Luiz Henrique Rós Neves e Rosana Aparecida Riatto, participaram da reunião realizada no Sítio e destacaram a importância do Acordo Coletivo. Segundo Luiz Henrique, a Constituição e a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) garantem direitos gerais dos trabalhadores, mas o Acordo Coletivo assegura benefícios específicos da categoria, como horas extras, adicional noturno e jornada de trabalho, entre outros. Rosana Riatto, por sua vez, lembrou que os associados podem tirar dúvidas com os advogados no Sindicato: “Estamos à disposição dos trabalhadores para esclarecer pontos da legislação, como aposentadoria, auxílio-doença, benefícios, etc.”, disse.

SINDICATO BUSCA ASSOCIADOS PARA SE FORTALECER

O Sindicato quer elevar o número de associados para dar continuidade ao projeto de desenvolvimento da entidade. Ao se associar, o metalúrgico tem vantagens como o Sítio, atendimento jurídico e odontológico, entre outros. Além disso, com mais sócios fica mais fácil dar continuidade a idéias como a construção da piscina, por exemplo. Mais informações podem ser obtidas no próprio Sindicato.

SUBSEDE DO CIESP EM SUZANO VALORIZA TRABALHADOR

A inauguração da subsede do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) em Suzano, no dia 25 de junho, marcou uma importante valorização para os trabalhadores da cidade, entre eles os metalúrgicos. O presidente do Sindicato, Pedro Benites, compareceu à solenidade e lembrou que a maioria das empresas suzanenses negocia no Acordo Regional, que é discutido com o Ciesp. “Anualmente, nosso debate acontece com os diretores do Ciesp. Esta subsede demonstra que a entidade respeita os trabalhadores da cidade”, comentou Benites. O diretor regional do Ciesp, Milton Sobrosa, e o prefeito Marcelo Candido prestigiaram o evento.



INAUGURAÇÃO: Autoridades municipais e empresários participaram da abertura da subsede do Ciesp em Suzano